

2  
3                   **Ata da 91ª Plenária do Conselho Municipal de**  
4                   **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**  
5

6           Aos quinze dias de março de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua  
7 Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 91ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal  
8 de Assistência Social – CMAS/BH. A presidente do Conselho, Léa Lúcia Cecílio Braga iniciou a  
9 reunião plenária fazendo a leitura das justificativas de ausências e apresentou os pontos de  
10 pauta: 1) Discussão e Avaliação da Prestação de Contas e Consolidado 2005 dos recursos do  
11 Fundo Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - FMAS; 2) Discussão e avaliação da  
12 renovação de inscrição de entidade de educação no CMAS/BH; 3) Apreciar comunicado  
13 enviado pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS ao CMAS/BH; 4)  
14 Apresentação da Assistência Social na Intranet pela SMAAS; 5) Informações gerais. Em  
15 seguida, a estagiária Raquel Oliveira fez a leitura da ata da 90ª Plenária. Discutida as  
16 modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a ata, a  
17 mesma foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Léa Lúcia passou então para a  
18 discussão do 1º ponto de pauta; o conselheiro Márcio Dutra expôs sobre o relatório da reunião  
19 da Comissão de Financiamento do dia 09/03/06 e apresentou parecer favorável da Comissão  
20 para Aprovação da Prestação de Contas de 2005. Maria Aparecida Monteiro Oliveira,  
21 representante da SMAAS, na oportunidade, explicou ao plenário que fará a apresentação da  
22 Prestação de Contas referente a 2005, utilizando a planilha “*Demonstrativo da Despesas por*  
23 *Programática e Fonte*” posição em 31/12/2005 e “*Planilha de transferências Rot – FMAS –*  
24 *2005*”, na qual mostra o repasse mês a mês dos recursos da União. Aparecida afirmou que  
25 através dos recursos do ROT Municipal foram executados 85% do orçamento previsto para o  
26 ano. A representante da SMAAS, esclareceu ao plenário sobre a Proposta Orçamentária 2006,  
27 aprovada pelo Conselho em agosto de 2005, com uma previsão de recursos na ordem de  
28 37.845.186,00. No entanto, o valor aprovado pela Câmara Municipal foi de R\$36.739.861,00.  
29 Essa diferença, segundo Maria Aparecida decorre de um ajuste feito pela Secretaria de  
30 Planejamento do Município, que por sua vez, procura adequar o valor solicitado com a  
31 previsão de receita do Município para aquele orçamento. Desta forma a Previsão  
32 Orçamentária, aprovada pelo Conselho apesar de ter sido de R\$20.275,193, após o ajuste, o  
33 valor diminuiu para R\$18.856.201,00. Os recursos vinculados para esse ano, aprovados no  
34 Plano Plurianual da Assistência Social - PPAS, foi de R\$11.800.000,00. O restante dos  
35 recursos que financiam outros serviços são oriundos de outros ministérios, como o PSC  
36 (Prestação de Serviço à Comunidade), Bolsa-Família (repasse direto pelo MDS), Família  
37 Acolhedora, Programa Sentinela (Ministério da Justiça). O conselheiro Márcio disse que todo  
38 ano a Proposta Orçamentária sofre ajustes e adequações. O crescimento de recursos na  
39 Proteção Social Básica, por exemplo, teve um ajuste positivo, especialmente no Programa BH  
40 Cidadania. A conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa salientou que cada discussão sobre  
41 o orçamento é uma capacitação, dando-se no dia a dia de trabalho do conselheiro. Afirmou  
42 que a discussão trás um crescimento político. O conselheiro Jaci Cristino dos Santos falou que  
43 a palavra “capacitação” trás um entendimento de que, nós conselheiros não somos  
44 capacitados para estarmos atuando no Conselho, acreditando que o melhor termo poderia ser  
45 “informação”. Completando, o conselheiro Márcio passou para a plenária outras informações  
46 da Comissão de Financiamento, apresentando o calendário de atividades para 2006, além de  
47 uma proposta para o Seminário sobre Emendas Parlamentares, solicitado pela Mesa Diretora,  
48 com objetivo de qualificar ainda mais esta discussão. Com relação a proposta, falou que diante  
49 das diversas discussões ficou a sugestão de que cada comissão de trabalho do Conselho  
50 apresente proposta trazendo nome de participantes, data e formato para o Seminário. Márcio  
51 colocou ainda que, foram discutidas na reunião da Comissão de Financiamento a necessidade  
52 de um curso de capacitação em Orçamento Público, objetivando ampliar as discussões para  
53 um maior embasamento nas prestações de contas, previsões orçamentárias, PPAS, Plano de  
54 Ação. A proposta de data seria para maio/2006 e prevê a confecção de uma cartilha sobre o  
55 tema. “ Desta forma acreditamos que melhores resultados já teremos nas discussões da  
56 previsão orçamentária de 2007 e nas Prestações de Contas futuras, que com certeza terão  
57 análise mais criteriosa, consistente e consciente” disse o conselheiro, ressaltando ainda que a  
58 capacitação amplia os conhecimentos decorrentes do processo do orçamento público. A  
59 conselheira, Edna Sheila Rodrigues Chaves, pediu explicações à representante da SMAAS,  
60 Maria Aparecida, sobre a diferença do valor empenhado e o valor pago dos recursos de  
61 transferência da União, no fonte 04.00. Aparecida explicou que os recursos estariam

62 disponíveis até março/2006 no Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento do  
63 restante empenhado. Léa Lúcia colocou em votação a Prestação de Contas 2005 sendo  
64 aprovada com 25 votos e 1 abstenção. Neste momento Kátia Rochael, explicou que a  
65 Comissão de Normas deste Conselho está estudando o Regimento Interno, e sua  
66 reformulação. Que no momento, a plenária, estava monitorando o quorum para que as  
67 aprovações necessárias, tivessem número suficiente de conselheiros sobre este assunto. A  
68 conselheira Edna Chaves chamou atenção, para que os conselheiros permanecessem na  
69 plenária para garantir o quorum. Léa Lúcia pediu que a Comissão de Normas explicasse na  
70 próxima plenária sobre a questão do quorum, dentro do regimento interno do Conselho. Edna  
71 Sheila insistiu na necessidade de um advogado para auxiliar a Comissão de Normas na  
72 revisão do novo regimento. A representante Ana Paula Simões Hilário, da Gerência de Apoio  
73 Administrativo, informou que já foi encaminhado o processo para a contratação do mesmo. O  
74 processo teria que obedecer os prazos de publicação, recursos e outros, e que portanto,  
75 demoraria ainda aproximadamente 60 dias. O conselheiro Jaci Cristino sugeriu que a data do  
76 Seminário sobre Emendas Parlamentares fosse no final de semana, no mês de maio, visto que  
77 muitos conselheiros trabalham durante a semana. Como palestrante, sugeriu o nome do  
78 Ministro Patrus Ananias, representante da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel,  
79 Papelão e Material Reaproveitável) e o responsável pela Igreja Batista da Lagoinha e demais  
80 entidades para que estes possam compreender melhor o significado de Emendas  
81 Parlamentares para o Conselho de BH. A conselheira Maria do Carmo, diante da Proposta de  
82 Seminário apresentada pelo conselheiro Márcio, criticou o pequeno tempo destinado para a  
83 exposição de conteúdos dos palestrantes e também alertou da importância da presença da  
84 instância Ministério Público nesta discussão. A conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa  
85 sugeriu que, num primeiro momento, nas discussões sobre o Seminário, não fossem  
86 levantados nomes de possíveis palestrantes, mas sim, deveríamos nos ater na escolha das  
87 representações para efetivação do mesmo. Léa Lúcia falou que o Seminário, tem como  
88 objetivo recuperar a discussão iniciada no conselho em 2005 que na oportunidade trouxe uma  
89 série de questões importantes do ponto de vista administrativo, legal e jurídico, representando  
90 portanto um grande avanço para este Conselho. Afirmou ainda que estas discussões precisam  
91 ser aprimoradas visto que com certeza novos enfrentamentos virão este ano. A conselheira  
92 Maria Aparecida Penido sugeriu que o Seminário acontecesse no sábado ou durante a noite. O  
93 conselheiro Jaci Cristino sugeriu que os representantes do Conselho recebessem uma diária  
94 para participar do seminário. A presidente informou que os recursos são escassos e que por  
95 isso o formato de meio período prevalece como proposta. O Sr. Daniel dos Santos presente na  
96 plenária, colaborador da Comissão de Assuntos para Comunidade Negra - COMACON pediu  
97 uma participação na próxima reunião da mesa diretora para pautar assuntos da Comissão de  
98 Igualdade Racial a ser apresentado na próxima plenária. O pedido foi aceito e o mesmo  
99 procederá neste sentido. Dando continuidade à discussão do Seminário de Emendas  
100 parlamentares, o conselheiro Jaci Cristino destacou que as entidades deveriam participar do  
101 seminário visto que, muitas buscam diretamente junto aos parlamentares, recursos sem  
102 conhecer de fato o que estes representam para a política de Assistência Social. A conselheira  
103 Kátia Rochael acredita que o seminário apenas em meio período, poderia ficar comprometido  
104 devido a complexidade do assunto. Desta forma sugeriu que o seminário fosse no final de  
105 semana, para que pudesse acontecer maior aprofundamento das discussões. Quanto ao  
106 formato apresentado pelo conselheiro Márcio destacou a ausência da participação da  
107 Procuradoria do Município, atores de universidades, entidades e do Ministério do  
108 Desenvolvimento Social. A conselheira Sônia Maria Augusto concordou com Kátia Rochael  
109 quanto ao pouco tempo do seminário em apenas meio período, e da necessidade de  
110 participação das entidades. Sugeriu que este Conselho faça um trabalho junto aos  
111 parlamentares para conscientizá-los da forma correta de encaminhamento das emendas  
112 parlamentares para serem de fato recursos para financiar a Política de Assistência Social e  
113 não direcionada a entidades pré estabelecidas. A conselheira Maria do Carmo concordou com  
114 a conselheira Sônia Augusto sobre a discussão do Conselho junto aos parlamentares.  
115 Colocando ainda que é importante não perder de foco os objetivos do seminário. O conselheiro  
116 José Gomes de Azevedo colocou que criar Emendas Parlamentares é uma prerrogativa dos  
117 deputados e que é permitido que os recursos sejam destinados para as entidades. Se o  
118 conselho não fornecer a declaração de impacto, com certeza o dinheiro terá outro destino, em  
119 outra entidade, segundo o mesmo. A conselheira Darci Vilaça ressaltou que talvez a SMAAS  
120 não tenha recursos para um seminário o dia todo. Sugeriu consultar a previsão  
121 orçamentária/2006 do Conselho para financiar os gastos. Defende a idéia de que o seminário  
122 acontecesse no dia da Plenária e que o tempo destinado para as discussões fosse mais do  
123 que 15 minutos; Com relação ao conteúdo sugeriu uma discussão sobre emendas  
124 parlamentares do ponto de vista de como se dá, o porquê, quando e onde, convidando o  
125 Deputado Sérgio Miranda da 1ª comissão mista do orçamento; Discorrer sobre o significado de

126 Emendas Parlamentares do ponto de vista do Orçamento da Política de Assistência Social –  
127 convidar a coordenadora do Fundo Nacional de Assistência Social –FNAS, Gisele de Cássia  
128 Tavares; e ainda discutir o papel do conselho no controle social do SUAS. O conselheiro  
129 Wellington do Carmo Faria, chamou a atenção do plenário para as indicações de nomes,  
130 principalmente de parlamentar, pois o importante é que seja convidado pessoas que tenham  
131 referências e experiências sobre o assunto em discussão. O conselheiro Jaci Cristino  
132 novamente argumentou que a capacitação deveria ser focada para as entidades e para os  
133 parlamentares. Segundo o mesmo, os conselheiros já sabem muito bem sobre emendas  
134 parlamentares. A conselheira Nelly Costa Bittencourt falou que todos sabem o real papel das  
135 Emendas Parlamentares, o interesse do parlamentar em “tirar seu quinhão”. Segundo a  
136 mesma, os conselheiros agiram acertadamente quando não deram declaração de impacto  
137 favorável para as emendas parlamentares, tanto que o CMAS foi muito elogiado no Conselho  
138 Nacional de Assistência Social – CNAS pela atitude tomada. Nelly reafirmou que, se existe um  
139 canal que funciona que no caso é o fundo, que esses recursos sejam alocados no mesmo e  
140 apenas liberado para entidades que sejam capazes de utilizá-los de acordo com as normas do  
141 Conselho. Márcio disse que as falas oscilam com grande ambigüidade, reconheceu avanços  
142 nas discussões, mas que no momento ela está cristalizada. Segundo ele o objetivo do  
143 seminário está posto, mas o formato do seminário não está definido e defendeu que a questão  
144 do tempo tem que ser maior para o debate. A presidente encaminhou a aprovação da  
145 realização do seminário e propôs que fosse realizada uma reunião ampliada com as comissões  
146 de trabalho do Conselho para discussão e apresentação de uma proposta final. Colocou ainda  
147 que a Comissão de Financiamento continua na coordenação das discussões sobre o  
148 Seminário, ficando responsável por apresentar na plenária do dia 12/04/06 o formato final.  
149 Posto em votação o seminário sobre Emendas Parlamentares foi aprovado com 22 votos. A  
150 presidente, na discussão do 3º ponto de pauta fez a leitura do comunicado n.º 002/05: explicou  
151 o remanejamento de 50 (cinquenta) per captas da entidade Obras Sociais da Pampulha, no  
152 valor de R\$30,00 (trinta reais) sendo que R\$25,00 (vinte e cinco reais) provem do ROT e  
153 R\$5,00 (cinco reais) do FNAS, para a entidade Lar dos Meninos Dom Orione a qual passará a  
154 receber 10 (cem) per captas perfazendo um valor de R\$3.000,00 (três mil reais) por mês, para  
155 executar o atendimento do Programa de Socialização Infanto Juvenil, a partir de 01/01/06.  
156 Após a leitura a plenária referendou o comunicado. O último ponto de pauta foi a apresentação  
157 da Assistência Social na Intranet pela SMAAS. A representante da Gerência de Informação,  
158 Monitoramento e Avaliação - GEIMA, Celsiane Aline Vieira Araújo apresentou ao plenário a  
159 página da prefeitura e o portal do servidor. Segundo a mesma, a Intranet é um serviço interno  
160 da prefeitura de BH atualizado semanalmente pela GEIMA. O portal disponibiliza telefones,  
161 nomes de todas as gerências da SMAAS, informações das regionais. lista de aniversariantes  
162 dos trabalhadores, legislação e normativas como Norma Operacional Básica – NOB, Plano  
163 Nacional de Assistência Social, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Links, monografias,  
164 ouvidoria, agenda e últimas notícias. Nada mais havendo a tratar, eu Sandra Regina Ferreira  
165 Barbosa, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a  
166 presente ata. Belo Horizonte, 15 de março de 2006.